

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

Evolução do Ensino Superior no Rio Grande do Sul no Século XXI

Lívio Luiz Soares de Oliveira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10217>

Submetido em: 2024-10-16

Postado em: 2024-10-25 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Esta nova versão tem uma atualização do título. O texto anterior também teve pequenas correções e ajustes.

ARTIGO

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XXI

LÍVIO LUIZ SOARES DE OLIVEIRA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4161-889X>

<livioluiz@hotmail.com>

¹ Departamento de Economia e Estatística (DEE) da Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão (SEPLAG) do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar, empregando uma metodologia descritiva e exploratória (Gil, 2008), a evolução da graduação presencial no Rio Grande do Sul, no período entre 2000 e 2022. Com essa finalidade, foram analisados dados relativos aos números de Instituições de Ensino Superior (IES), cursos, vagas, inscritos, ingressantes, matrículas e concluintes. Com base nestes indicadores, um dos resultados deste estudo mostra que o ensino superior no estado cresceu de forma significativa no período analisado. Essa expansão foi estimulada pelo aumento da oferta de vagas nas instituições privadas. Outro importante resultado é que o ensino superior gaúcho alcançou uma taxa líquida de escolarização de 26,6%, estando próximo de se consolidar, em termos de acesso, como um sistema massificado. Os dados mostram maior representatividade feminina no ensino superior gaúcho. Quanto ao perfil racial, os indicadores sinalizam que existe sobrerrepresentação de brancos e, principalmente, amarelos em relação aos percentuais das raças da população recenseada. Segundo os dados, embora ainda exista considerável desigualdade na representatividade entre as raças/cores no ensino superior gaúcho, elas diminuíram no período analisado.

Palavras-chave: ensino Superior, educação, crescimento, expansão, Rio Grande do Sul.

ANALYSIS OF THE EVOLUTION OF HIGHER EDUCATION IN RIO GRANDE DO SUL IN THE 21ST CENTURY

ABSTRACT: The objective of this study is to analyze, using a descriptive and exploratory methodology (Gil, 2008), the evolution of in-person undergraduate education in Rio Grande do Sul during the period between 2000 and 2022. For this purpose, data related to the number of Higher Education Institutions (HEIs), courses, available spots, enrolled candidates, admissions, enrollments, and graduates were analyzed. Based on these indicators, one of the results of this study shows that higher education in the state has grown significantly during the analyzed period. This expansion was driven by the increase in the number of available spots in private institutions. Another important result is that higher education in Rio Grande do Sul achieved a net enrollment rate of 26.6%, nearing consolidation, in terms of access, as a massified system. The data also shows greater female representation in higher education in the state. Regarding racial profile, the indicators suggest that there is an overrepresentation of white and, especially, Asian individuals compared to the population's racial percentages in the census. According to the data, although considerable inequality still exists in the representation among races/colors in higher education in the state, this disparity has decreased during the analyzed period.

Keywords: higher education, education, growth, expansion, Rio Grande do Sul.

ANÁLISIS DE LA EVOLUCIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN RIO GRANDE DO SUL EN EL SIGLO XXI

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es analizar, utilizando una metodología descriptiva y exploratoria (Gil, 2008), la evolución de la educación universitaria presencial en Rio Grande do Sul durante el período entre 2000 y 2022. Con este fin, se analizaron datos relacionados con el número de Instituciones de Educación Superior (IES), cursos, plazas, inscritos, ingresantes, matrículas y egresados. Con base en estos indicadores, uno de los resultados de este estudio muestra que la educación superior en el estado creció de manera significativa durante el período analizado. Esta expansión fue impulsada por el aumento de la oferta de plazas en las instituciones privadas. Otro resultado importante es que la educación superior en Rio Grande do Sul alcanzó una tasa neta de escolarización del 26,6%, acercándose a consolidarse, en términos de acceso, como un sistema masificado. Los datos también muestran una mayor representatividad femenina en la educación superior en el estado. En cuanto al perfil racial, los indicadores señalan que existe una sobrerrepresentación de personas blancas y, especialmente, de personas asiáticas en relación con los porcentajes raciales de la población censada. Según los datos, aunque todavía existe una considerable desigualdad en la representatividad entre razas/colores en la educación superior del estado, estas diferencias han disminuido en el período analizado.

Palabras clave: educación superior, educación, crecimiento, expansión, Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Alterações estruturais nas dinâmicas geopolíticas e no cenário econômico mundial, que marcaram o fim da Guerra Fria, como a queda do Muro de Berlim, em 1989; a dissolução da União Soviética, em 1991; a crescente financeirização do capital e o avanço célere da globalização foram determinantes na revisão do papel do Estado no final do século XX (Campolina e Diniz, 2014). Nesse contexto de grandes transformações globais, essa fase foi marcada por mudanças significativas na realidade socioeconômica do Brasil, sintetizadas nas diversas reformas adotadas nos governos Collor-Itamar e FHC. O fio condutor dessas reformas tinha como objetivos principais, dentro outros, superar a estagnação da economia que ocorreu na década de 1980, resultante da crise da dívida externa; o fim da hiperinflação, a estabilização da moeda, a retomada do crescimento econômico e a plena reintegração do Brasil ao mercado global de capitais, cujos fluxos de investimento direto, direcionados ao país, colapsaram desde a moratória da dívida externa decretada pelo governo Sarney em 1987 (Sallum Jr, 1999; 2011). Já nas duas primeiras décadas do século XXI, os governos Lula, Dilma e Temer adotaram outra série de reformas e iniciativas governamentais, em consonância com o contexto internacional da época (Mancebo, 2017; Saviani, 2018).

As mudanças que aconteceram nesse período, incluindo reformas institucionais e econômicas, como a redefinição do papel do estado, principalmente com a implementação, em 1995, do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado no primeiro mandato de FHC (Mancebo, 2017; Mancebo *et. al.* 2015; 2016); a adoção da austeridade fiscal, a desregulamentação da economia, a liberalização do comércio externo e a privatização de empresas estatais (Yano e Monteiro, 2008), por sua vez, demandaram uma revisão das políticas públicas, incluindo àquelas relacionadas à educação, especialmente no que diz respeito ao ensino superior, já que, de acordo com Mancebo (2016 *et. al.*, p.214) “a predominância financeira põe exigências ao Estado, bem como demanda novos ordenamentos jurídicos para as políticas públicas, incluindo as destinadas à formação na educação superior”. Além disso,

segundo Mancebo *et. al.* (2015, p.33): “As reformas, onde ocorreram, invariavelmente remeteram à necessidade de expansão do sistema, o que de fato tem ocorrido, mesmo que a intensidade seja variável entre os países”. Nesse contexto, tornou-se necessário modificar, atualizar e adaptar os parâmetros adotados para a formação de capital humano altamente qualificado, que é um dos papéis essenciais do ensino superior, conforme as novas exigências do mercado de trabalho. Para atender a essa demanda, o setor privado foi chamado a participar mais ativamente e decisivamente do processo de expansão do ensino superior, dadas as limitações e as crescentes restrições orçamentárias do setor público. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 (BRASIL, 1996), foram adotadas mudanças significativas no modelo de financiamento do ensino superior público e privado (Oliveira, 2016).

A LDB/96 estabeleceu a autonomia das universidades na elaboração e aplicação de seus orçamentos, bem como na busca de fontes alternativas de financiamento. Também criou as bases para a elaboração e implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) sancionado em 2001 (BRASIL, 2001 a), o qual, segundo Mancebo *et. al.* (2016), intensificou a articulação universidade/sistema produtivo, baseado na busca constante da inovação. O PNE 2001 estabeleceu como uma das metas para o ensino superior ampliar e consolidar o sistema de educação à distância.

As instituições privadas retomaram seu crescimento numérico, por meio de uma vigorosa expansão em seu número de vagas, impulsionada pelos programas federais de financiamento do ensino superior privado, como o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES (BRASIL, 2001 b) e o Programa Universidade para Todos – PROUNI (BRASIL, 2005).

Com o crescimento econômico propiciado pelo *boom* das *commodities* na década de 2000, a partir de 2006 o investimento público ganhou papel estratégico como meio de acelerar a expansão do ensino superior no Brasil. Isso se tornou possível com a implementação de medidas como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (BRASIL, 2006) que incluiu a construção de novas universidades federais e a ampliação dos *campi* já existentes.

Por outro lado, o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) mais recente, aprovado em 2014, tem como algumas das principais metas para a educação superior:

- Aumentar a taxa bruta de matrícula para 50% e a taxa líquida¹ para 33% dos jovens na faixa de 18 a 24 anos, com foco na qualidade;
- Elevar a oferta, no segmento público, para 40% das novas matrículas.

Apesar dos esforços empreendidos a partir da implementação das políticas públicas citadas anteriormente, a crise econômica instalada no Brasil em meados da década de 2010, no segundo mandato de Dilma Rousseff (Barbosa, 2017), e as decorrentes restrições orçamentárias colocaram em xeque a viabilidade daquelas metas no curto prazo.

Apesar das oscilações econômicas nas últimas décadas, o ensino superior no Brasil experimentou uma significativa expansão, com a participação tanto do setor público quanto do privado. Esse crescimento foi motivado por diversos fatores, como mudanças nas leis educacionais, a abertura econômica do país e a crescente demanda por profissionais qualificados. Outro marco significativo no crescimento do ensino superior, em anos recentes, é a importância e participação cada vez maior da

¹ A taxa bruta de matrícula relaciona o total de matriculados no ensino superior, sem exceção de idade, com o estrato populacional total de jovens entre 18 e 24 anos. Já a taxa líquida de matrícula relaciona o total de jovens, de 18 a 24 anos, matriculados no ensino superior, com o total de jovens nessa faixa etária na população total.

modalidade de Ensino a Distância (EAD), principalmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil –UAB em 2006 (Mancebo, 2017; Castro, Araújo, 2018), como implementação de uma das metas do PNE 2001 (ampliar e consolidar o sistema de ensino à distância).

No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a garantia da qualidade do ensino superior, a democratização do acesso e a redução dos custos. As metas estabelecidas no PNE de 2014 são importantes para o enfrentamento desses desafios e para a consolidação do ensino superior brasileiro como um instrumento de desenvolvimento socioeconômico do país.

Este texto está dividido em cinco partes. Após esta introdução, a segunda parte irá discorrer, sucintamente, sobre a metodologia utilizada. Na seção seguinte, será analisado o processo de massificação do ensino superior no Brasil e no Rio Grande do Sul, fazendo menção a algumas de suas principais implicações socioeconômicas e desafios. A quarta seção irá analisar a evolução da graduação presencial no ensino superior gaúcho no período 2000 a 2022. Ao final, seguem as considerações finais.

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo consiste na análise descritiva e exploratória (Gil, 2008) dos números de Instituições de Ensino Superior (IES), cursos, vagas, inscritos, ingressantes, matrículas e concluintes de graduação presencial do Rio Grande do Sul, no período de 2000 a 2022. Os dados foram obtidos por meio do Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O processo investigativo baseou-se em uma revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais e consulta às bases estatísticas utilizadas. A análise foi realizada por meio da leitura, comparação e interpretação de diferentes autores, além da avaliação e interpretação dos dados estatísticos disponíveis.

MASSIFICAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL.

O ensino superior é um importante fator de desenvolvimento econômico e social. Ele contribui para a formação de mão de obra qualificada, para a inovação tecnológica e para a geração de renda. No Brasil, esse segmento da educação vem crescendo de forma significativa nas últimas décadas. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022 o país possuía 9,4 milhões de matrículas (presenciais e à distância) no ensino superior, o que representou um aumento de 248,1% em relação a 2000, quando havia 2,7 milhões de matrículas (presenciais e à distância). Apesar do significativo crescimento nas últimas décadas, o ensino superior no Brasil ainda enfrenta desafios para se tornar verdadeiramente universal e acessível a todos.

Trow (2005), tomando como base diferentes faixas de taxa líquida de matrícula², define três fases na evolução do ensino superior:

- a) Sistema de elite: com taxa líquida de matrícula de até 15%.
- b) Sistema de massas: com taxa líquida de matrícula entre 16% e 50%, e consolidado quando atinge 30%.
- c) Sistema de acesso universal: com taxas acima de 50%.

² Ver nota anterior.

Segundo dados do Inep, em 2012 a taxa líquida de escolarização da graduação³ no Brasil foi de 19,5%, aumentando para 25,0% em 2022, ainda aquém da meta de 33% estabelecida pelo PNE de 2014 para o ano de 2024 (BRASIL, 2014). Por outro lado, a taxa de escolarização líquida da graduação no Rio Grande do Sul teve uma expansão menor do que a do Brasil, tendo crescido de 23,1%, em 2012, para 26,6% em 2022. Esta taxa também ainda está abaixo da estipulada pelo PNE 2014 para 2024 (33%)⁴. Apesar disso, os sistemas de ensino superior no Brasil e no Rio Grande do Sul, segundo os critérios de Trow (2005), estão em processo de se consolidarem, em termos de acesso, como sistemas massificados, pois estão próximos do percentual de 30% da taxa líquida de matrícula.

Implicações da Massificação do Ensino Superior.

O aumento nas taxas líquidas de escolarização da graduação tem uma série de implicações socioeconômicas importantes:

1. Inclusão Social: O crescimento das taxas líquidas de matrícula pode viabilizar uma maior inclusão social. Ampliar o acesso ao ensino superior pode proporcionar oportunidades para indivíduos oriundos de estratos inferiores de renda e de grupos historicamente excluídos, como pretos, pardos e indígenas, contribuindo para uma maior equidade social. As políticas públicas, como cotas e programas como o PROUNI e FIES, também tem como um dos seus objetivos diminuir as desigualdades de acesso à educação superior. Alguns estudos sinalizam que, por exemplo, a maioria dos estudantes de cursos tradicionais como Medicina, Psicologia e Odontologia, são de cor branca e oriundos de famílias de alta renda, o que indica a necessidade de políticas que gerem maior equidade de oportunidades de acesso ao ensino superior, a grupos não brancos, principalmente no caso dos cursos mais prestigiados e concorridos (Ristoff, 2014; Lopes *et al.*, 2021; Figueiredo *et. al.*, 2022). Isso é crucial em um país como o Brasil, onde as desigualdades socioeconômicas ainda são profundas.

2. Capacitação da Força de Trabalho: Um maior número de graduados pode incrementar uma força de trabalho mais capacitada profissionalmente, capaz de atender as demandas de um mercado cada vez mais exigente e diversificado, desde que haja o necessário investimento na oferta de cursos com qualidade acadêmica satisfatória. Isso é particularmente relevante em um contexto de globalização e inovação tecnológica, que requer que as Instituições de Ensino Superior (IES) adaptem seus currículos para atender às novas demandas, que incluem competências digitais, capacidade de inovação e habilidades para operar em um ambiente de competitividade internacional. O ensino superior não deve ser visto como uma mera fábrica de diplomas, mas como um *locus* privilegiado e de excelência que fornece ferramentas necessárias para lidar, de forma eficaz, eficiente e efetiva com um cenário de transformações aceleradas, com ênfase na produção de conhecimento alinhado às inovações tecnológicas e às exigências do mercado global (Martins, 2021).

3. Desenvolvimento Econômico: A democratização no acesso ao ensino superior pode impulsionar o desenvolvimento econômico. Graduados tendem a ter maiores salários e melhores condições de trabalho, o que, por sua vez, estimula o crescimento econômico. Nos países da Organização

³ Esta taxa é calculada, pelo Inep, como o quociente, multiplicado por 100, do total de matriculados com idades de 18 a 24 anos no ensino superior mais o total de graduados nesta faixa etária sobre o total da população com idades de 18 a 24 anos. A taxa de escolarização líquida é considerada, pelo Inep, como equivalente à taxa líquida de matrícula no ensino superior.

⁴ E também está ainda distante da taxa líquida de 37%, para o ano de 2024, estabelecida na meta 12 do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2020).

para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵, também chamada de “Clube dos Ricos”, os diplomados no ensino superior com 55 a 64 anos de idade ganham, em média, 70% a mais em relação àqueles sem graduação. Os jovens adultos com curso superior ganham 35% a mais. O caso do Brasil é ainda mais emblemático: Os graduados com curso superior, na faixa etária entre 25 a 64 anos, têm 150% a mais de ganhos em seus salários relativamente a quem não possui graduação. Este é o maior retorno entre todos os países integrantes e associados da OCDE. Por outro lado, o Brasil é o país que tem a menor taxa de escolarização líquida do ensino superior no contexto citado (OECD, 2018).

Desafios da Massificação do Ensino Superior

Apenas o aumento quantitativo das matrículas no ensino superior não é suficiente para impulsionar o desenvolvimento social e econômico, porque há determinados desafios que precisam ser superados para atingir este objetivo:

1. Qualidade do Ensino: O crescimento das taxas de matrícula no ensino superior precisa ser acompanhado por um correspondente aumento na qualidade da educação ofertada. É fundamental que as Instituições de Ensino Superior (IES) busquem oferecer uma formação que tenha como um dos focos principais a qualidade do ensino, para que os graduados sejam adequadamente capacitados e qualificados para o mercado de trabalho. Do contrário, a mera ampliação quantitativa das matrículas apenas aumentará, em maior escala, o número de portadores de diplomas universitários sem maiores perspectivas de empregabilidade. Haverá, neste caso, saturação do mercado de trabalho com o aumento de diplomados sem sólida formação acadêmica, gerando o fenômeno conhecido como “engenheiros de Uber”. Gusso *et. al.* (2014) mencionam que cerca de 40% dos concluintes das diversas áreas de engenharia eram provenientes de cursos com conceito 1 ou 2 no Enade, portanto de baixo desempenho. Em contrapartida, menos de 30% dos formandos eram oriundos de cursos considerados de alto desempenho, com conceito 4 ou 5. Sguissardi (2015) menciona uma dicotomia resultante de uma expansão do ensino superior (ES) de perfil apenas quantitativo que, desconectada de uma verdadeira inclusão no acesso, permanência e conclusão dos estudos superiores resultaria, de um lado, em um sistema de elite e de alta qualificação para poucos, e de outro, em um sistema de “massas” e de baixa qualificação para muitos.

2. Infraestrutura: A expansão das matrículas deve ser acompanhada de investimentos em infraestrutura. Muitas IES podem enfrentar desafios em manter uma infraestrutura adequada e oferecer suporte educacional. Entre os principais problemas estão restrições na capacidade de muitas IES em manterem instalações adequadas, laboratórios atualizados e bibliotecas equipadas, fatores que são necessários para garantir uma educação de qualidade. Neste contexto, existe a necessidade de políticas educacionais que incentivem não apenas a expansão quantitativa, mas também o aprimoramento da infraestrutura para garantir que os alunos tenham acesso a uma formação adequada para o mercado de trabalho (Rybalko *et. al.*, 2023). Na ausência de tais investimentos, haverá aumento do número de graduados sem a qualificação necessária para o exercício profissional.

⁵ A OCDE é uma organização internacional de cooperação entre nações que estimula a adoção de padrões de governança comuns em questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais. É formada por 38 países, entre desenvolvidos e emergentes e está sediada em Paris. O Brasil é ainda um país associado à OCDE, e não integrante, embora esteja em processo de avaliação, juntamente com outros países emergentes, para ser admitido como membro pleno da organização.

3.Evasão e Retenção: Embora o aumento nas matrículas seja positivo, é necessário implementar políticas que garantam a permanência dos alunos nas IES, de modo a concluírem de forma satisfatória seus respectivos cursos de graduação, especialmente aqueles que vêm de contextos socioeconômicos desafiadores. A implementação de políticas que garantam a permanência de alunos no ensino superior é fundamental, especialmente para aqueles que mais necessitam desse tipo de suporte. Pesquisas sinalizam que, embora o acesso à educação superior tenha sido democratizado, a evasão acadêmica ainda é uma questão crítica. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma das principais políticas adotadas no Brasil para lidar com esse problema, oferecendo suporte financeiro, moradia e alimentação para estudantes de baixa renda (Silva, Sampaio, 2022).

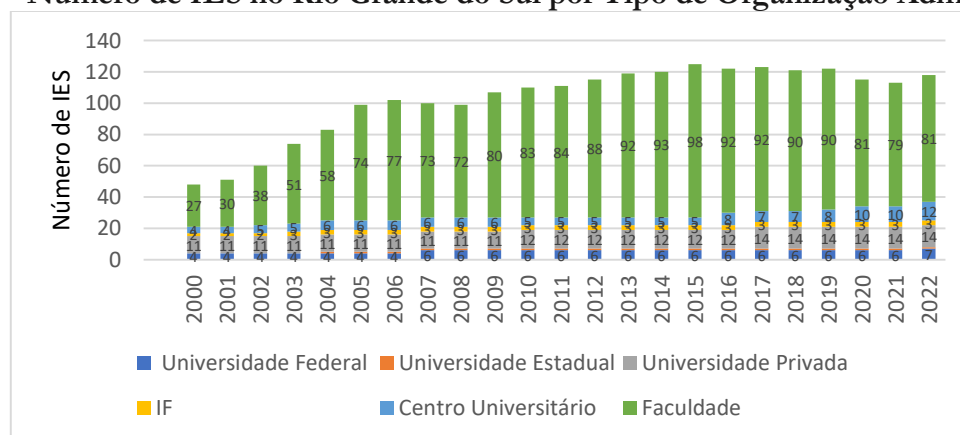
O progresso em direção a um sistema massificado de ensino superior, conforme definido por Trow (2005), é importante para o Brasil e para o Rio Grande do Sul. A expansão acelerada do ensino à distância (EAD) tem desempenhado um papel decisivo nesse processo de transição para um sistema de ensino superior massificado (Castro, Araújo, 2018). No entanto, é fundamental que esse crescimento seja acompanhado de políticas eficazes que abordem questões de qualidade, infraestrutura, evasão, retenção, inclusão e permanência dos alunos nos cursos, conforme discutido nesta seção. Somente assim será possível maximizar os benefícios sociais e econômicos do aumento das taxas de matrícula, impulsionando o ensino superior como alavanca real para o desenvolvimento econômico sustentável e equitativo. Do contrário, esse potencial de impacto da expansão do ensino superior será reduzido ao se consolidar um sistema assimétrico com alta qualificação e elitizado para uma minoria, de um lado, e massificado e com baixa qualificação para uma maioria, o que irá aprofundar as desigualdades socioeconômicas já existentes.

ANÁLISE DE DADOS DA GRADUAÇÃO PRESENCIAL NO ENSINO SUPERIOR.

Nesta seção será realizada uma análise descritiva e exploratória (Gil, 2008) dos dados de números de Instituições de Ensino Superior (IES), cursos, vagas, inscritos, ingressantes e matrículas de cursos de graduação presenciais, a fim de traçar um panorama da evolução do ensino superior no Rio Grande do Sul, entre os anos de 2000 a 2022. Os dados são oriundos do Censo da Educação Superior e da Sinopse Estatística da Educação Superior, ambos elaborados e divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O gráfico 1 mostra a evolução do número de IES no Rio Grande do Sul por tipo de organização administrativa.

Gráfico 1 - Número de IES no Rio Grande do Sul por Tipo de Organização Administrativa.



Fonte: Inep

Entre os anos de 2000 e 2022, o número total de IES no Rio Grande do Sul aumentou de 48 para 118, resultando em uma expansão de 145,8%. No entanto, essa expansão pode ser dividida em dois períodos: Entre 2000 a 2005, com o impacto imediato de programas como o FIES⁶ (BRASIL, 2001 b) e o PROUNI⁷ (BRASIL, 2005), houve um crescimento acelerado, com o número total de instituições mais do que dobrando, tendo aumentado de 48 para 99, resultando em uma variação de 106,3%. Por outro lado, de 2006 a 2022, houve uma variação de apenas 15,7%, com aumento de 102 para 118 IES.

O aumento significativo do número de IES no Rio Grande do Sul no período é um desdobramento da expansão da oferta do ensino superior no Brasil como um todo. Essa expansão foi incentivada, no caso das IES privadas, por programas de financiamento como o FIES (BRASIL, 2001 b) e o PROUNI (BRASIL, 2005). Os programas PROUNI e FIES foram fundamentais para a viabilidade da democratização do ensino superior no Brasil. Eles possibilitaram que milhares de estudantes de estratos inferiores de renda ingressassem em IES privadas, que se tornaram as principais responsáveis pelo aumento da oferta de vagas e de cursos superiores no país e, conseqüentemente, no Rio Grande do Sul.

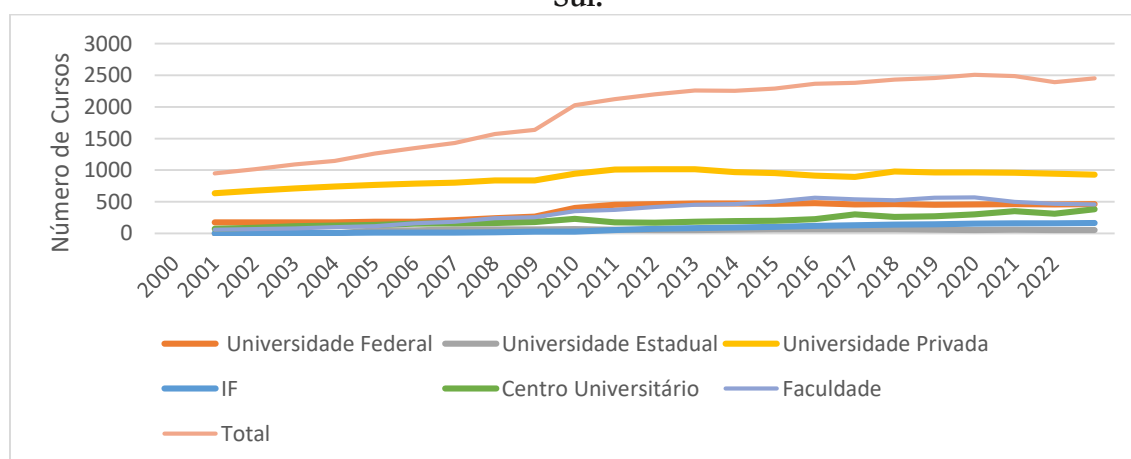
No caso das IES públicas, o crescimento do número destas foi possível por meio de algumas políticas públicas como o Reuni (BRASIL, 2006). Essa expansão no ensino superior, tanto na rede pública, como na rede privada, esteve em sintonia com as metas estabelecidas nos últimos Planos Nacionais de Educação (PNEs).

A expansão do ensino superior no Rio Grande do Sul também foi consequência de um processo de interiorização, baseado na criação de novas instituições em cidades do interior do estado (Oliveira, 2017). Esse processo foi e é importante para aumentar o acesso ao ensino superior à população de todo o território gaúcho.

No entanto, é preciso enfatizar que o crescimento do número de IES não necessariamente implica em elevação automática da qualidade do ensino oferecido. É necessário que as instituições de ensino superior invistam em qualidade acadêmica e na formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho.

O gráfico 2 apresenta a evolução do número de cursos de graduação presenciais por tipo de IES no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2022.

Gráfico 2 - Número de Cursos de Graduação Presenciais por Tipo de IES no Rio Grande do Sul.



Fonte: Inep

⁶ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999 e implementado em 2001, surgiu como uma opção de financiamento aos estudantes de baixa renda como meio de ingresso em IES privadas. (BRASIL, 2001 b).

⁷ O Programa Universidade para Todos (PROUNI), administrado pelo Ministério da Educação (MEC), oferece bolsas de estudo integrais ou parciais (de até 50%) para estudantes de instituições de ensino superior (IES) privadas que ainda não possuem diploma de graduação (BRASIL, 2005).

No total o número de cursos presenciais cresceu, no período, de 949, em 2000, para 2.450 em 2022, com uma variação de 158,2%. Como ocorreu no caso do número de IES, o crescimento no número de cursos no período pode ser dividido em duas fases. Na primeira, entre 2000 e 2012, houve uma expansão significativa (138,4%), com o número de cursos aumentando de 949 para 2.262. Na sequência, entre 2013 e 2022, houve uma modesta variação de 8,7%, com a quantidade de cursos crescendo de 2.254 para 2.450.

Quando se analisa o crescimento do número de cursos por tipo de IES, os Institutos Federais se destacam. O número de cursos presenciais nessas instituições cresceu 3.160,0 % entre 2000 e 2022, de 5 para 163. Segundo Mancebo *et. al.* (2016):

Na rede pública, as possibilidades de expansão parecem recair nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), com forte direcionamento às demandas do mercado. Temos por hipótese que essa rede, no campo público, poderá manter um certo ritmo de expansão, pois é composta por instituições que racionalizam o uso de recursos financeiros, o que é almejado por qualquer Estado capitalista, em tempos de crise (Mancebo *et. al.*, 2016, p. 213).

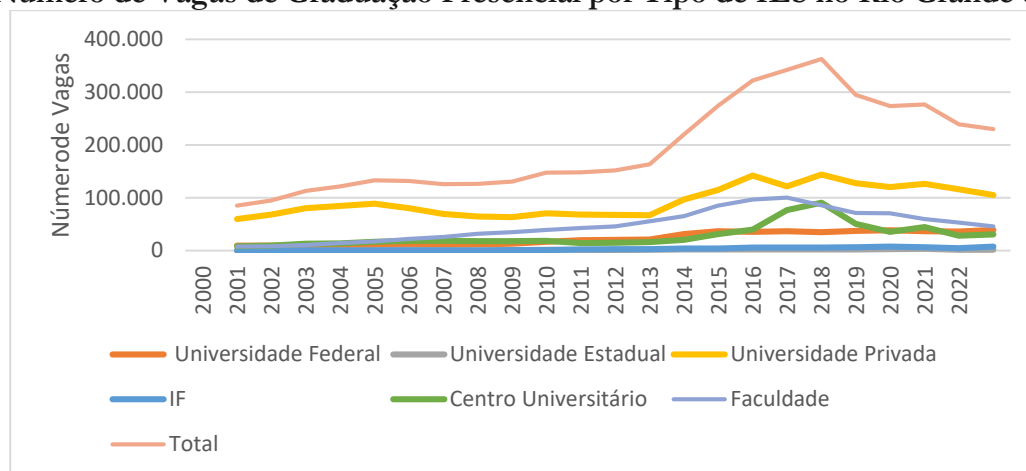
O crescimento do número de cursos nos IFs pode ser compreendido como uma resposta às demandas do mercado de trabalho por habilidades mais técnicas e práticas. A presença dos IFs em regiões mais periféricas, ofertando formação de qualidade contribui para a descentralização do acesso ao ensino superior⁸. Ampliar a capacidade e o alcance dos IFs, tanto em termos de vagas quanto de infraestrutura, será um desafio diante das restrições orçamentárias que essas instituições também enfrentam. Além disso, é importante garantir que os cursos oferecidos pelos IFs estejam alinhados com as necessidades do mercado de trabalho local e regional.

Na rede pública, programas como o REUNI contribuíram para expandir o número de cursos em IES federais e na rede privada programas como o FIES (BRASIL, 2001 b) e o PROUNI (BRASIL, 2005) incentivaram a criação de novos cursos e permitiram que mais estudantes tivessem acesso à formação de nível superior. Por outro lado, a sustentabilidade financeira de muitas IES privadas, principalmente aquelas que integram os grandes conglomerados educacionais, depende fortemente de políticas públicas de financiamento e isso se torna um desafio conforme diminuem os recursos destinados a essas políticas em decorrência das crescentes restrições orçamentárias dos governos. Conforme Sguissardi (2015), as portarias 21 e 23 do FIES, de 29 de dezembro de 2014, que tornaram mais rígidos os critérios de financiamento do programa, tiveram grande impacto nas receitas das IES privadas.

Em resumo, os dados mostram que a expansão no número de cursos presenciais, nos diversos tipos de IES, mais do que dobrou, no período, no Rio Grande do Sul, ampliando, de forma significativa, o acesso ao ensino superior no estado, o que impacta no aumento do nível educacional da população gaúcha, gerando mão de obra mais capacitada profissionalmente, o que é fundamental para o desenvolvimento econômico regional.

Na sequência, o gráfico 3 mostra a evolução do número total de vagas de cursos de graduação presenciais por tipo de IES no período.

⁸ Recentemente, o governo federal anunciou a criação de mais cinco Institutos Federais (IFs) no Rio Grande do Sul, que serão instalados nos municípios de Caçapava do Sul, Gramado, Porto Alegre, São Leopoldo e São Luiz Gonzaga. A previsão é de que os investimentos serão de R\$ 125 milhões e serão criadas 7.000 vagas (BRASIL, 2024 a).

Gráfico 3 - Número de Vagas de Graduação Presencial por Tipo de IES no Rio Grande do Sul.

Fonte: Inep

Como pode ser visto no gráfico, é nítido o crescimento da oferta total de vagas nos cursos presenciais de graduação nas IES do Rio Grande do Sul. O aumento foi de 85.168 para 230.113 vagas, gerando uma expansão de 170,2% no indicador, que é um percentual de crescimento semelhante ao do número de cursos (158,2%) explicado anteriormente. Houve um forte crescimento de 326,3% entre 2000 e 2017, quando a oferta atingiu um pico de 363.113 vagas. Por outro lado, de 2017 até 2022 houve uma queda de 36,6% na oferta total de vagas. E essa queda ocorreu apenas nas IES privadas, em decorrência, entre outros fatores, da diminuição dos repasses do FIES, conforme será mostrado adiante.

Entre 2000 e 2004, o número de vagas em IES privadas no RS teve um grande crescimento, passando de 75.617 para 122.702, resultando em aumento de 62,3%. Por outro lado, o número de vagas nas IES públicas aumentou apenas 9,3% no período, passando de 9.551 para 10.442. O crescimento expressivo do número de vagas nas IES privadas, entre 1999 e 2004, pode ser explicado, principalmente, por políticas públicas adotadas no período (Oliveira, 2018), que estimularam a criação de novas instituições e a expansão da oferta de vagas naquelas já existentes anteriormente.

Na sequência, no período entre 2005 e 2009, o número de vagas nas IES privadas aumentou de 120.493 para 128.419, resultando em uma variação de 6,6%, muito inferior à do período entre 2000 e 2004 (62,3%). Em contrapartida, a oferta de vagas nas IES públicas aumentou 72,0%, de 11.038, em 2005, para 18.985 em 2009. Uma das principais explicações para este desempenho proeminente das IES públicas, no período, foi a implementação do REUNI em 2005 (Oliveira, 2018).

Entre 2010 e 2017, houve aceleração no crescimento de vagas nas IES privadas, que aumentaram de 125.022 para 320.430, com variação de 156,3%. No período, a oferta de vagas nas IES públicas aumentou 83,3%, de 23.281 para 42.683, ainda como efeito do REUNI. A expansão da oferta de vagas nas IES privadas ocorreu, principalmente, por causa do aumento significativo de recursos do FIES⁹ que, na época, não possuía limite de vagas, as regras de acesso eram muito mais flexíveis e não havia processo seletivo. Esse crescimento expressivo nos repasses do FIES para o Rio Grande do Sul, entre 2010 e 2017 pode ser visto na tabela 1 adiante. Os valores dos repasses¹⁰ de Certificados Financeiros

⁹ O FIES deslanchou em 2010, quando foi reduzida a taxa de juros do financiamento e facilitado o acesso ao crédito concedido pelo programa (Oliveira, 2018).

¹⁰ Segundo informações que constam no site do FNDE: “Os pagamentos dos encargos educacionais às entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, por conta dos contratos de financiamentos formalizados pelos estudante junto aos agentes financeiros do Fies, são efetuados mediante o repasse mensal de Certificados Financeiros do Tesouro –

do Tesouro – Série E (CFT-E) às mantenedoras das IES aumentaram de 31,15 milhões de reais, em 2010, para 1,564 bilhão de reais em 2017, o que resultou em um crescimento exponencial de 4.920,9% no período.

De 2018 a 2022, houve queda de 27,3% no número de vagas das IES privadas, de 249.390 para 181.206, como reflexo das mudanças nas regras do FIES a partir de 2014 (Sguissardi, 2015) e 2015 (Alves, Carvalho, 2020), o que reduziu significativamente o volume de recursos para o programa, conforme também pode ser observado na tabela 1. As IES públicas tiveram aumento de 7,4% no número de vagas no período, de 45.530 para 48.907.

A tabela 1 mostra os dados dos valores de repasses e número de contratos do FIES para o Rio Grande do Sul e o Brasil entre 2010 e 2023.

Tabela 1 - Valor dos Repasses e Número de Contratos do FIES

Ano	Repasses FIES(Milhões R\$)				Número de Contratos FIES			
	RS	Var (%)	BR	Var(%)	RS	Var (%)	BR	Var(%)
2010	31,15		246,56		10.559		75.901	
2011	146,21	369,3	1.299,09	426,9	13.438	27,3	154.065	103,0
2012	283,43	93,9	3.914,66	201,3	16.023	19,2	377.372	144,9
2013	477,67	68,5	8.052,54	105,7	23.001	43,5	559.259	48,2
2014	422,65	-11,5	5.932,45	-26,3	31.346	36,3	731.957	30,9
2015	427,33	1,1	5.783,20	-2,5	10.667	-66,0	282.384	-61,4
2016	1.383,19	223,7	25.522,28	341,3	10.680	0,1	203.392	-28,0
2017	1.564,32	13,1	28.838,71	13,0	9.032	-15,4	175.925	-13,5
2018	1.255,79	-19,7	22.960,18	-20,4	3.119	-65,5	82.293	-53,2
2019	483,96	-61,5	7.978,41	-65,3	2.547	-18,3	85.037	3,3
2020	247,52	-48,9	3.902,37	-51,1	1.974	-22,5	53.610	-37,0
2021	141,02	-43,0	2.093,16	-46,4	1.081	-45,2	37.313	-30,4
2022	51,09	-63,8	698,00	-66,7	1.676	55,0	50.902	36,4
2023	9,67	-81,1	155,48	-77,7	1.350	-19,5	47.543	-6,6
Total	6.924,99		117.377,10		136.493		2.916.953	

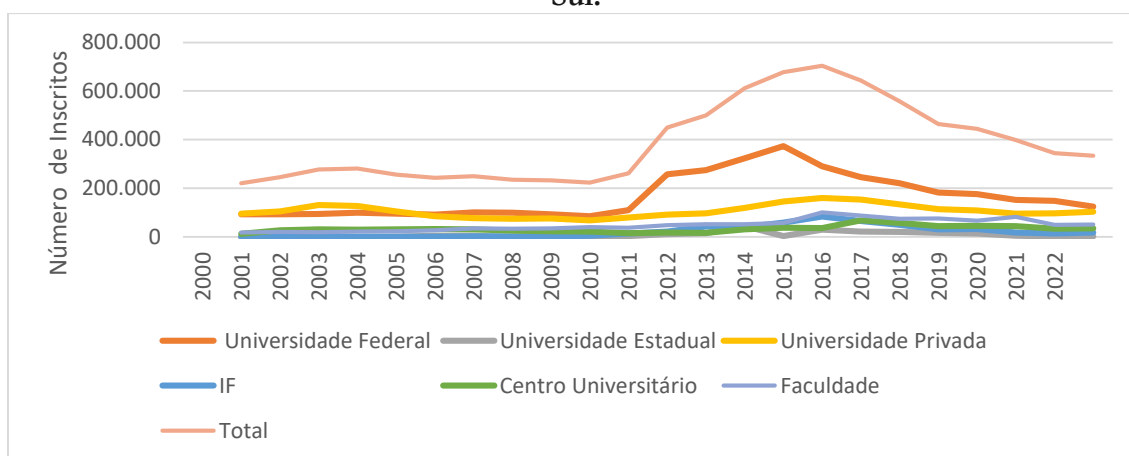
Fonte: FNDE

Nota-se que os repasses do FIES, em títulos CFT-E, foram crescentes até 2017, quando atingiram o valor máximo do período: R\$ 1,564 bilhão para o Rio Grande do Sul e R\$ 28,838 bilhões em todo o Brasil. Daí em diante, em função das mudanças que tornaram mais restritivos os critérios do programa de financiamento estudantil, que ocorreram a partir de 2014 (Sguissardi, 2015) e 2015 (Alves, Carvalho, 2020), os repasses foram diminuindo ano a ano, de modo que em 2023 os valores foram significativamente menores do que os de 2010. O número de contratos cresceu até 2014. Após os mencionados ajustes no FIES, o número de contratos começou a diminuir, ocorrendo situação idêntica àquela dos repasses, resultando em totais de contratos expressivamente menores em 2023 comparados aos totais de 2010.

Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, intransferíveis e que devem ser utilizados prioritariamente no pagamento de contribuições previdenciárias e demais tributos administrativos pela Receita Federal.” (BRASIL, 2024 b).

O gráfico 4 mostra a evolução, no período, do número de inscritos para cursos de graduação presenciais por tipo de IES no Rio Grande do Sul.

Gráfico 4 - Número de Inscritos de Graduação Presencial por Tipo de IES no Rio Grande do Sul.

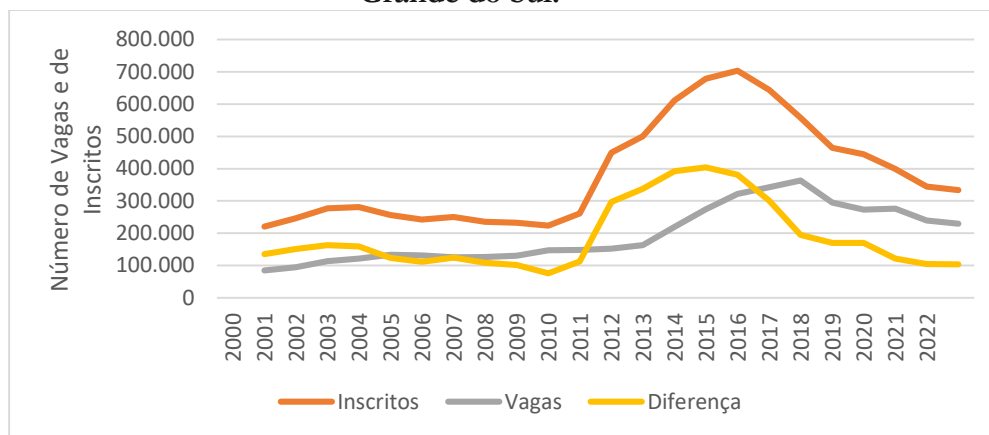


Fonte: Inep

No período de 2000 a 2022, houve expansão de 51,3% no número total de inscritos para as IES gaúchas, com aumento de 220.620 para 333.817 inscritos. No entanto, a partir de 2017, uma tendência de queda no indicador passou a ser observada. Um dos principais fatores que pode explicar esse fenômeno é a crise econômica nacional e internacional que ocorreu no período. No exterior, a crise iniciou em 2008 e foi se intensificando ao longo dos anos. No Brasil, o país enfrentou uma forte recessão nos anos de 2014 e 2015, no segundo mandato de Dilma Rouseff, impactando a renda das famílias e o mercado de trabalho (Barbosa, 2017). A combinação de fatores como aumento do desemprego, a redução do poder de compra da população e os cortes orçamentários, como resultado da crise econômica, impactando na diminuição dos recursos destinados às IES, por meio de programas como FIES e PROUNI, afetou diretamente a demanda por acesso ao ensino superior. Além de todos esses fatores, a pandemia, iniciada em 2020, teve intensos impactos em todos os setores, incluindo o ensino superior. A incerteza econômica e a adaptação para o ensino remoto nesse período podem ter influenciado a queda nas inscrições.

Neste contexto, as fases distintas na demanda por vagas nas IES no Rio Grande do Sul entre 2000 e 2022 podem ser atribuídas a uma combinação de fatores econômicos, políticas públicas educacionais e eventos externos.

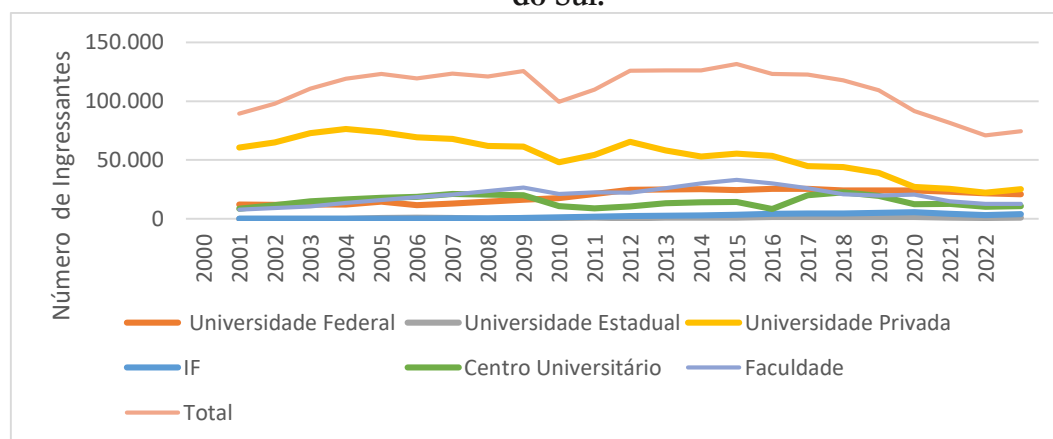
Na sequência, o gráfico 5 compara a oferta e a demanda por vagas (número de inscritos) nos cursos de graduação presenciais das IES do RS no período.

Gráfico 5 - Oferta e Demanda por Vagas de Graduação Presencial por Tipo de IES no Rio Grande do Sul.

Fonte: Inep

O gráfico mostra um movimento *pari passu* entre as curvas que representam a oferta e a demanda por vagas (número de inscritos) nos cursos de graduação presenciais das IES do RS. A distância entre ambas as curvas se manteve em relativa estabilidade entre os anos de 2000 a 2009, quando, neste ano último ano, atingiu o menor valor da série (75.811). A partir de 2010, essa diferença entre o número de inscritos e o de vagas começou a crescer de forma acelerada, até alcançar o valor máximo da série em 2014 (403.843). Por outro lado, desde 2015, começou uma tendência acelerada de queda da distância entre a oferta e a demanda de vagas (número de inscritos), que em 2022 foi de 103.704, valor menor que os 135.452 do início da série no ano de 2000.

O gráfico 6 representa o número de ingressantes para os cursos de graduação presenciais das IES do RS no período analisado.

Gráfico 6 - Número de Ingressantes de Graduação Presencial por Tipo de IES no Rio Grande do Sul.

Fonte: Inep

O gráfico 6 apresenta realidades distintas para a evolução do número total de ingressantes segundo o tipo de IES. No caso dos IFs, a tendência foi de crescimento acentuado, com o número total de ingressantes tendo aumentado de apenas 175, em 2000, para 3.927 em 2022, resultando em uma expansão de 2.144,0%. As universidades federais também apresentaram um significativo aumento de 69,9% no número de ingressantes no período (12.216 para 20.758). As faculdades, de modo semelhante, considerando todo o período analisado, registraram uma forte expansão de 63,6% no indicador, de 7.734

para 12.653, embora este número seja bem inferior ao pico registrado de 33.222 em 2014. Portanto, entre 2014 e 2022 houve recuo de 61,9% no número de ingressantes das faculdades gaúchas. Essa queda pode ter sido consequência da crise que ocorreu em 2014-2015 no governo Dilma, com recuo acentuado no PIB, aumento da inflação e do desemprego (Barbosa, 2017), influenciando a capacidade das famílias de financiarem a educação superior. Os centros universitários tiveram, entre 2000 e 2022, um aumento de 25,5% no indicador, de 8.628 para 10.831, tendo atingido um máximo de 22.452 ingressantes em 2017.

Por outro lado, as universidades privadas, conforme pode ser observado no gráfico, tiveram o pior desempenho entre as IES, com diminuição de 58,2% no número de ingressantes no período (60.740 para 25.344). O maior valor do indicador foi registrado no ano de 2003 (76.411 ingressantes). Desse ano em diante a tendência foi de queda. Aliás, as universidades privadas foram as principais responsáveis pela redução do número total de ingressantes entre 2000 e 2022, de 89.493 para 74.536 (-16,7%). Há uma tendência de declínio acentuado no número de ingressantes, principalmente a partir de 2012, sinalizando que as políticas de financiamento estudantil ou a capacidade de as famílias pagarem por mensalidades privadas se reduziram nesse período. As universidades privadas historicamente absorvem grande parte dos ingressantes no ensino superior, mas a queda recente reflete uma potencial crise econômica e mudanças nas políticas de financiamento. Isso pode sinalizar um esvaziamento dessas instituições, o que pode afetar diretamente suas operações, especialmente as menores e as menos competitivas. As universidades privadas precisarão inovar em termos de oferta de cursos, preços mais competitivos e acessibilidade financeira para recuperar os níveis anteriores de ingressantes. Por outro lado, o governo federal pode precisar reavaliar e ampliar os programas de financiamento estudantil, como o PROUNI e o FIES.

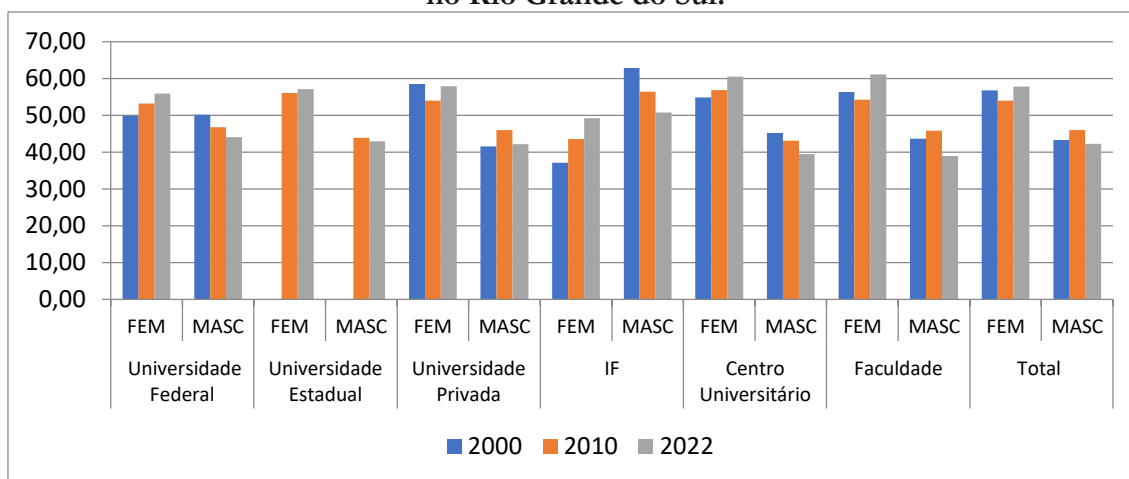
Em termos gerais, observa-se uma tendência de queda no número total de ingressantes nas IES gaúchas a partir de 2015, ano inicial da crise econômica no governo Dilma (Barbosa, 2017) após um pico em 2014. Entre este ano e o de 2021 houve uma redução de 46,1% no indicador, que caiu de 131.543 para 70.850. A redução do número de ingressantes pode ter impactos no mercado de trabalho, resultando em uma força de trabalho menos qualificada nos próximos anos, especialmente se a queda continuar. Será necessário adaptar políticas educacionais e econômicas para tentar reverter essa tendência, talvez com a ampliação de programas de bolsas e financiamento estudantil. Outra alternativa seria a compensação do declínio do número de ingressantes no ensino superior presencial por meio da expansão do número de ingressantes no ensino à distância (EAD).

A pandemia, ocorrendo principalmente a partir de 2020, pode ter contribuído para o declínio no número total de ingressantes, uma tendência comum em períodos de crise. O ensino à distância (EAD) e as dificuldades econômicas durante a pandemia podem ter levado muitos estudantes a adiar ou abandonar o ingresso no ensino superior presencial. A recuperação econômica pós-pandemia é fundamental para que o número de ingressantes no ensino presencial volte a crescer. As IES que oferecem esta modalidade de ensino também precisam se adaptar às novas realidades pós-pandemia, incluindo maior uso de tecnologia, modalidades híbridas de ensino e a oferta de suporte financeiro e psicológico aos estudantes.

Os dados do gráfico 6 destacam vários desafios e implicações socioeconômicas para o ensino superior no Rio Grande do Sul. A pandemia de COVID-19 agravou esse cenário, mas a adaptação das IES às novas realidades pode ser a chave para garantir o acesso ao ensino superior presencial e, conseqüentemente, o aumento de qualificação da força de trabalho nos próximos anos.

Na sequência, o gráfico 7 mostra o número de ingressantes por sexo e por tipo de IES no Rio Grande do Sul para os anos de 2000, 2010 e 2022. O ano de 2010 foi escolhido por estar em um meio termo no intervalo de tempo compreendido entre o período 2000 a 2022.

Gráfico 7 - Percentual (%) de Ingressantes de Graduação Presencial por Sexo e por tipo de IES no Rio Grande do Sul.



Fonte: Inep

No ano 2000, as universidades federais eram as únicas IES gaúchas em que a maioria dos ingressantes era do sexo masculino, ainda que por uma diferença ínfima (50,11% homens e 49,89% mulheres). Uma década depois, em 2010, as mulheres passaram a predominar com 53,22% do total de ingressantes e no ano 2022 o percentual feminino aumentou para 55,94% do total. As universidades privadas foram as únicas IES em que os percentuais de mulheres ingressantes diminuíram entre 2000 e 2022, ainda que de forma tênue (de 58,49% para 57,88% do total).

Os dados do gráfico sinalizam algumas constatações:

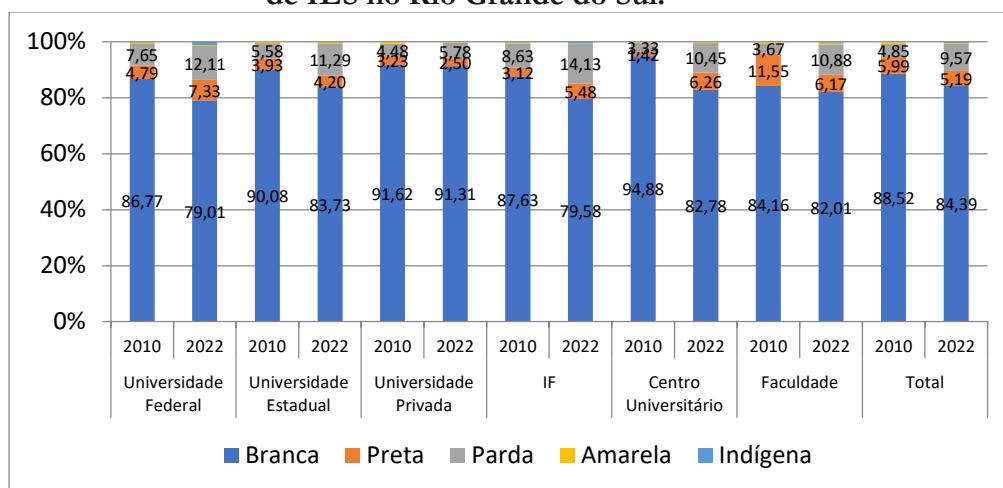
a) Predominância e crescimento, no período, do percentual de ingressantes do sexo feminino nos cursos de graduação presenciais, proporcionando um ambiente acadêmico mais igualitário para homens e mulheres com a ruptura de barreiras que limitavam o acesso feminino ao ensino superior, mudando o cenário educacional acadêmico para uma maior inclusão das mulheres e afirmação destas como protagonistas no ensino superior;

b) Uma efetiva reversão das disparidades históricas que existiam no passado, onde era muito maior o número de ingressantes homens relativamente ao número de mulheres nos cursos superiores, resultando na atual consolidação da maior representatividade feminina no ensino superior do Rio Grande do Sul, o que pode estar relacionado a mudanças no mercado de trabalho e ao maior investimento das mulheres no acesso à graduação.

O Gráfico 7 mostra um cenário complexo de mudanças e desafios no ensino superior do Rio Grande do Sul, com implicações importantes para o desenvolvimento socioeconômico do estado. As transformações, ao longo do período analisado, no número de ingressantes, por sexo e tipo de instituição, são desdobramentos de questões mais amplas sobre inclusão e equidade entre sexos no acesso ao ensino superior, evolução do papel das IES gaúchas e mudanças no mercado de trabalho envolvendo funções desempenhadas no mesmo por homens e mulheres.

Os percentuais de ingressantes para os cursos de graduação presenciais por raça/cor¹¹ e por tipo de IES no Rio Grande do Sul para os anos de 2010 e de 2022 estão representados no gráfico 8. O primeiro ano da série em que houve a disponibilização de dados do perfil racial de ingressantes foi o de 2009. Então, o ano de 2010 foi escolhido como corte temporal inicial para efeito de comparação com os dados do perfil racial da população recenseada pelo IBGE naquele ano, da mesma forma que os percentuais de raça dos ingressantes de 2022 serão comparados com os dados do Censo do mesmo ano.

Gráfico 8 - Percentual (%) de Ingressantes de Graduação Presencial por Raça/Cor e por Tipo de IES no Rio Grande do Sul.



Fonte: Inep

Em resumo, o gráfico 8 mostra que as IES públicas, especialmente as federais, tem maior inclusão de grupos raciais não brancos em comparação com as IES privadas. Isso pode ser explicado pelo fato de que as IES públicas são obrigadas a adotar políticas de cotas raciais. Por outro lado, as IES privadas não seguem os mesmos padrões de inclusão, apresentando percentuais significativamente mais altos de ingressantes brancos em 2022, com representatividade ainda limitada de pretos e pardos. Essa realidade pode estar relacionada aos desafios financeiros enfrentados por estudantes não brancos, como os pretos e os pardos que, em geral, são oriundos de estratos socioeconômicos mais baixos e podem encontrar dificuldades para pagar mensalidades em IES privadas.

A questão socioeconômica tem um papel importante na equidade de acesso à educação superior. Grupos raciais não brancos, especialmente pretos e pardos, enfrentam maiores barreiras econômicas e sociais de acesso ao ensino superior, o que se reflete no menor percentual de ingressantes dessas raças comparativamente aos estudantes brancos. IES privadas, que são responsáveis por parte significativa na oferta de vagas do ensino superior, não possuem a mesma oferta de programas de bolsas de estudos ou políticas de inclusão que as IES públicas. Isso limita as oportunidades para estudantes de baixa renda, em sua maioria não brancos, impactando a desigualdade racial. Outra implicação fundamental é a necessidade de suporte acadêmico e financeiro, como mentorias e bolsas de estudo, para estudantes pretos, pardos e indígenas que ingressam nas IES, a fim de que seja viabilizado não apenas o acesso, mas também a permanência desses grupos nos cursos, além da efetiva conclusão destes com êxito.

¹¹ Estes percentuais consideram apenas aqueles que se autodeclararam integrantes de determinada raça ou cor. Foram excluídos os ingressantes que não declararam a raça ou cujos dados não estavam disponíveis.

A inclusão de estudantes de raças historicamente desfavorecidas no ensino superior é um fator fundamental para estimular a mobilidade social e a redução da desigualdade. Ao incentivar o aumento do número de ingressantes pretos, pardos e indígenas no ensino superior, o estado estará contribuindo para um processo de maior integração social e econômica. Entretanto, para que essa inclusão se torne eficaz, em termos de mobilidade social concreta, é importante garantir uma educação de qualidade aos estudantes dos grupos raciais não brancos, além de estágios e oportunidades de ingresso no mercado de trabalho ao término dos cursos. Este é um desafio que vai além das salas de aula e requer políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas.

A tabela 2 mostra uma análise comparativa do perfil racial dos ingressantes na graduação presencial do Rio Grande do Sul, nos anos de 2010 e 2022, relativamente aos percentuais de raça do Censo da população gaúcha naqueles dois anos.

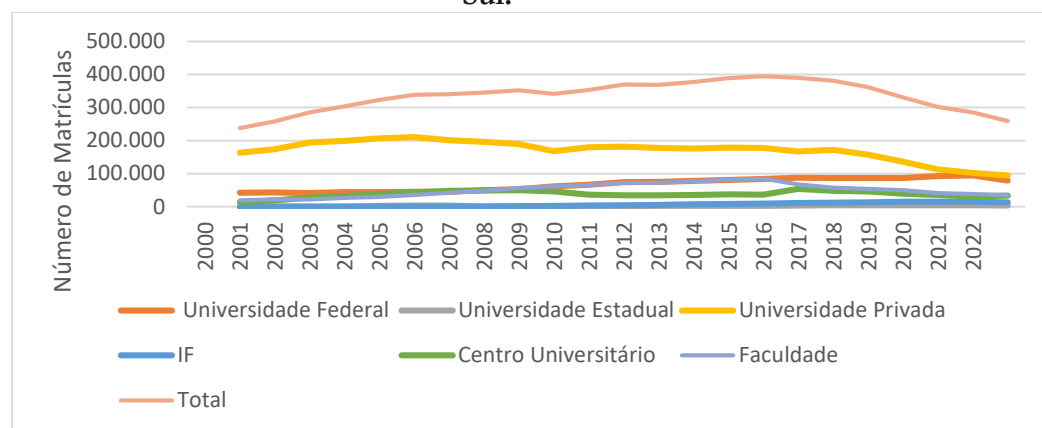
Tabela 2 - Percentuais de ingressantes de graduação presencial nas IES por raça/cor e perfil racial no Censo

Raça	Percentual (%) de Ingressantes por Raça em 2010	Percentual (%) por Raça no Censo 2010	Diferença	Percentual (%) de Ingressantes por Raça em 2022	Percentual (%) por Raça no Censo 2022	Diferença
Branca	88,52	83,23	5,29	84,39	78,42	5,97
Parda	4,85	10,57	-5,72	9,57	14,67	-5,1
Preta	5,99	5,57	0,42	5,19	6,52	-1,33
Amarela	0,49	0,33	0,16	0,37	0,07	0,3
Indígena	0,15	0,31	-0,16	0,49	0,31	0,18

Fonte: Inep/IBGE

Segundo os dados da tabela 2, apesar de ter havido uma queda no percentual de ingressantes da raça branca, que é predominante nas IES gaúchas, entre 2010 e 2022, de 88,52% para 84,39%, a sobrerrepresentação desta raça, em termos de ingresso, comparativamente ao percentual de brancos nos Censos de 2010 teve um aumento de 5,29% para 5,97%. Isso ocorreu porque a diminuição do percentual de ingressantes brancos, no período, em relação ao total de ingressantes, ocorreu em menor intensidade que a queda do percentual de brancos na população recenseada. De modo semelhante a este caso, também houve aumento da sobrerrepresentação de ingressantes amarelos, (0,16% para 0,3%). Os ingressantes indígenas, que estavam sub-representados em -0,16% em 2010, passaram a ter sobrerrepresentação de 0,18% em 2022. Por outro lado, os ingressantes pretos, que estavam sobrerrepresentados em 2010 (0,42%), em 2022 ficaram sub-representados (-1,33%). Já os ingressantes pardos, diminuíram seu percentual de sub-representação de -5,72% para -5,1%.

O gráfico 9 mostra a evolução no número de matrículas para os cursos presenciais de graduação por tipo de IES no Rio Grande do Sul entre os anos de 2000 e 2022.

Gráfico 9 - Número de Matrículas de Graduação Presencial por Tipo de IES no Rio Grande do Sul.

Fonte: Inep

No período, o número de matrículas presenciais nas IES gaúchas aumentou de 238.263 para 259.423, resultando em um aumento de 8,9%. No entanto, é preciso observar que, depois de um período inicial de crescimento, o número de matrículas presenciais tem experimentado uma tendência de queda. Após vários anos de crescimento, até atingir um pico de 394.678 matrículas, no ano de 2015, esse indicador começou a sofrer sucessivos recuos, ano após ano. Isso pode ser explicado por vários fatores, entre eles a crise econômica que se instalou no Brasil a partir do ano de 2014, conforme declaração do então ministro da Educação, Mendonça Filho (Dayana, 2017); reduzindo a renda dos trabalhadores e aumentando o desemprego, afetando, principalmente, o acesso ao ensino superior privado. Outro fator que explica a recente tendência de queda do indicador é a expansão acelerada dos cursos superiores à distância (EAD), mais acessíveis.

Mancebo (2017) analisa a crise econômica ocorrida no Brasil durante o governo Dilma Rousseff, especialmente entre 2014 e 2016, e seu impacto sobre o ensino superior. A crise, marcada por recessão econômica, desemprego crescente e redução de renda, afetou diretamente o acesso à educação, especialmente nas universidades privadas e comunitárias, no caso do Rio Grande do Sul, que tem grande dependência financeira de mensalidades pagas por estudantes. O aumento da inadimplência nas mensalidades, decorrente da crise, impactou negativamente as receitas das instituições privadas. Esse cenário contribuiu significativamente para a queda nas matrículas no ensino superior, tanto no Brasil, em geral, quanto especificamente no Rio Grande do Sul.

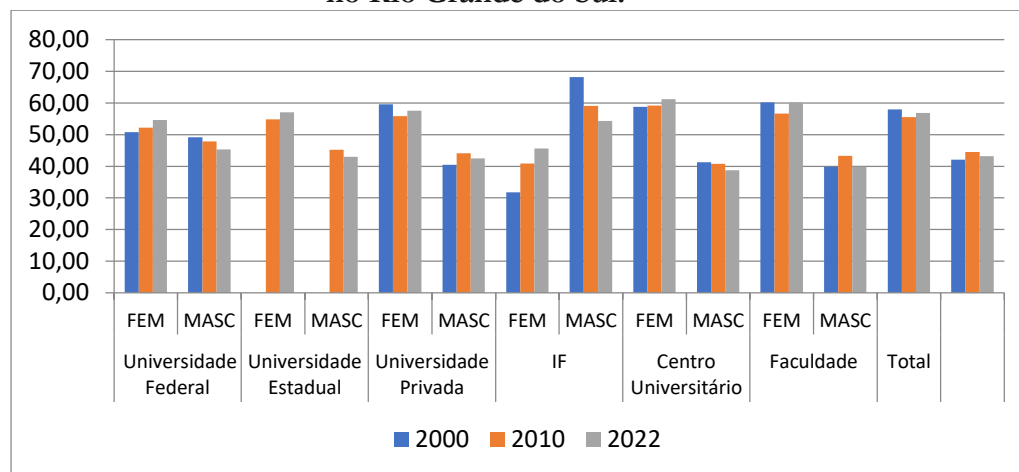
A diminuição de verbas públicas de financiamento, como o FIES, como explicado anteriormente, foi um fator central na evasão de estudantes. Muitas instituições de ensino superior comunitário no estado, como a Unisinos e a Univates, registraram uma perda expressiva de alunos (entre 45% e 60%) nos últimos anos, o que é atribuído também ao impacto da crise econômica e à oferta crescente de cursos a distância com mensalidades mais baixas, o que tornou o ensino superior presencial menos acessível para muitos brasileiros (Zanini, 2022).

Outro aspecto relevante foi a combinação de políticas econômicas que falharam em manter a sustentabilidade fiscal do país, agravando as dificuldades de manutenção de programas sociais e educativos. Esse contexto de retração econômica fez com que as instituições enfrentassem dificuldades financeiras, o que, por sua vez, refletiu na capacidade de atrair e reter estudantes.

Portanto, a crise de 2014-2016 teve um impacto profundo no ensino superior do país, com desdobramentos que se estendem até o presente, especialmente nas instituições privadas e comunitárias, que sofreram grandes perdas em suas matrículas, como observado no Rio Grande do Sul.

O gráfico 10 mostra o percentual de matrículas por sexo e por tipo de IES para os anos de 2000, 2010 e 2022.

Gráfico 10 - Percentual (%) de Matrículas de Graduação Presencial por Sexo e por tipo de IES no Rio Grande do Sul.



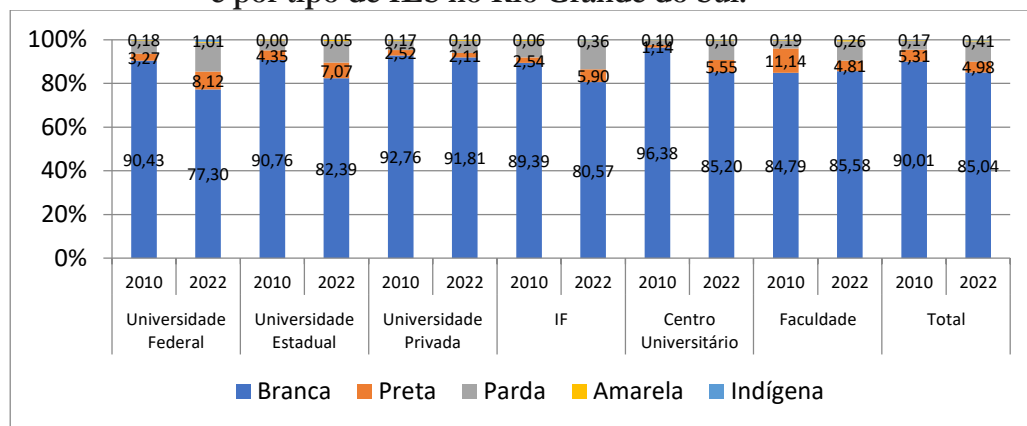
Fonte: Inep

Os percentuais de matrículas do sexo feminino, comparativamente aos do sexo masculino, foram de 57,96%, 55,52% e 56,85% nos anos de 2000, 2010 e 2022, respectivamente. As universidades privadas foram as únicas IES onde houve diminuição dos percentuais de matrículas do sexo feminino entre 2000 e 2022, de 59,54% para 57,52%, respectivamente. Os percentuais de matrículas de mulheres se mantiveram superiores aos dos homens nos diversos tipos de IES gaúchas, excetuando os IFs. No entanto, estes percentuais, nestas instituições, apresentaram tendência de declínio, entre 2000 e 2022, com a contrapartida de aumento nos percentuais de matrículas de mulheres nos IFs. Por outro lado, no ano de 2022, o maior percentual de matrículas do sexo feminino foi registrado nos centros universitários: 61,22%.

O número total de matrículas de mulheres aumentou de 138.097 para 147.483, resultando em crescimento de 6,8%, inferior à expansão do número de matrículas de homens, que foi de 11,8 % no período (de 100.166 para 111.940).

Os percentuais de matrículas para os cursos de graduação presenciais por raça/cor¹² e por tipo de IES no Rio Grande do Sul para os anos de 2010 e de 2022 estão representados no gráfico adiante.

¹² Idem à nota de rodapé de número 11.

Gráfico 11 - Percentual (%) de matrículas para os cursos de graduação presenciais por raça/cor e por tipo de IES no Rio Grande do Sul.

Fonte: Inep

Algumas observações merecem ser mencionadas, com base nos dados do gráfico:

Universidades federais: Houve uma significativa redução no percentual de matriculados brancos, de 90,43% para 77,30%. Essa redução teve como contrapartida o crescimento, no período, da diversidade racial de matriculados nas universidades federais gaúchas. A participação dos matriculados pretos cresceu de 3,27% para 8,12%. Os pardos aumentaram de 5,82% para 13,16%. Amarelos e indígenas elevaram sua participação conjunta de 0,49% para 1,42%.

Centros Universitários: De modo idêntico ao que ocorreu no caso dos ingressantes, ocorreu uma queda significativa de participação de matriculados brancos (96,38% para 85,20%). Por outro lado, ocorreu expressivo crescimento de participação de pardos (2,20% para 8,85%) e de pretos (1,14% para 5,55%). Indígenas e amarelos também tiveram aumento na sua participação (0,29% para 0,40%).

A tabela 3 compara o perfil racial dos matriculados nos cursos de graduação presenciais do Rio Grande do Sul, nos anos de 2010 e 2022, com os percentuais de raça da população gaúcha recenseada naqueles dois anos.

Tabela 3 - Percentuais de matrículas de graduação presencial nas IES por raça/cor e perfil racial no Censo

Raça	Percentual (%) de Matrículas por Raça em 2010	Percentual (%) por Raça no Censo 2010	Diferença	Percentual (%) de Matrículas por Raça em 2022	Percentual (%) por Raça no Censo 2022	Diferença
Branca	90,01	83,23	6,78	85,04	78,42	6,62
Parda	4,13	10,57	-6,44	9,18	14,67	-5,49
Preta	5,31	5,57	-0,26	4,98	6,52	-1,54
Indígena	0,17	0,31	-0,14	0,41	0,31	0,10
Amarela	0,38	0,33	0,05	0,38	0,07	0,31

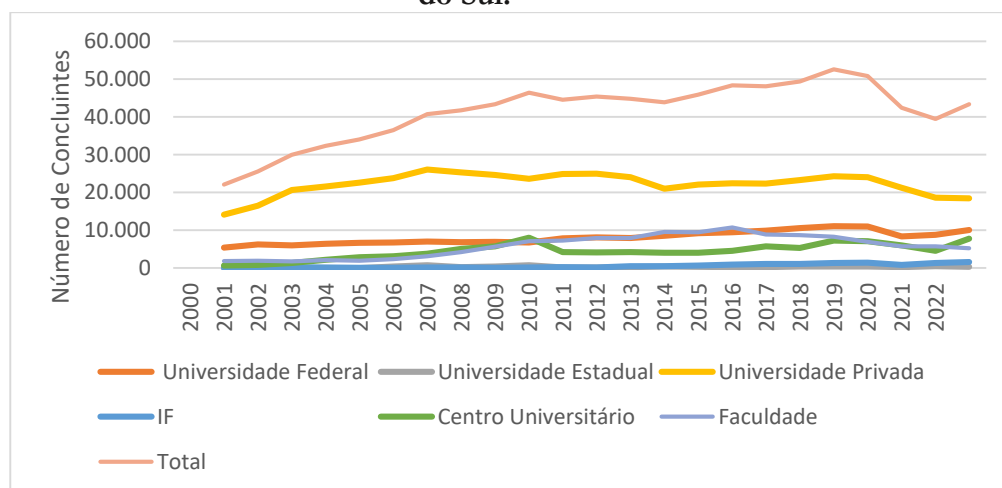
Fonte: Inep/IBGE

Houve uma redução no percentual de matriculados brancos e uma leve diminuição na sobrerrepresentação desta raça, de 6,78% para 6,62%. No caso dos pretos, houve aumento na sub-representação, de -0,26% para -1,54%. Os pardos reduziram sua sub-representação de -6,44% para -

5,49%. Os matriculados indígenas estavam tenuamente sub-representados em 2010 (-0,14%) e em 2022 se tornaram levemente sobre-representados (0,10%). Por último, os amarelos aumentaram sua sobre-representação.

O gráfico na sequência apresenta o número de concluintes de cursos de graduação presenciais no Rio Grande do Sul entre os anos de 2000 a 2022.

Gráfico 12 - Número de Concluintes de Graduação Presencial por tipo de IES no Rio Grande do Sul.



Fonte: Inep

O número de concluintes dos cursos de graduação presenciais cresceu 96,3% no período, de 22.096, em 2000, para 43.374 em 2022. Os diferentes tipos de IES apresentaram comportamentos distintos neste indicador. Os IFs tiveram a maior expansão percentual (1.673,9%), de 88 para 1.561 concluintes no período. Os centros universitários também tiveram um aumento acentuado (1.035,3%) no número de concluintes (682 para 7.743). As faculdades registraram uma expansão de 185,2% (1.827 para 5.211 concluintes). As universidades federais tiveram crescimento de 85,9% no indicador (5.407 para 10.053 concluintes). Por outro lado, as universidades privadas registraram o menor crescimento: 14.092 para 18.452 concluintes, resultando em um aumento de 30,9% no período.

A expansão no número de concluintes tem um impacto direto no mercado de trabalho, com a entrada de mais profissionais formados. Por outro lado, diante do quadro de modesto crescimento econômico das duas últimas décadas no Rio Grande do Sul¹³, esse aumento na oferta de mão de obra qualificada pode gerar desafios relacionados à empregabilidade. A maior competição por vagas de emprego pode resultar em dificuldades de absorção dos concluintes dos cursos de graduação em alguns setores, onde a oferta de profissionais excede a demanda do mercado. Assim, essa possível saturação em algumas áreas profissionais implica na necessidade de redirecionar a oferta de vagas das IES para cursos com maior demanda.

No gráfico, pode ser observado que, após anos de uma tendência de crescimento, houve uma queda abrupta no número de concluintes a partir de 2020, como um possível reflexo direto da pandemia

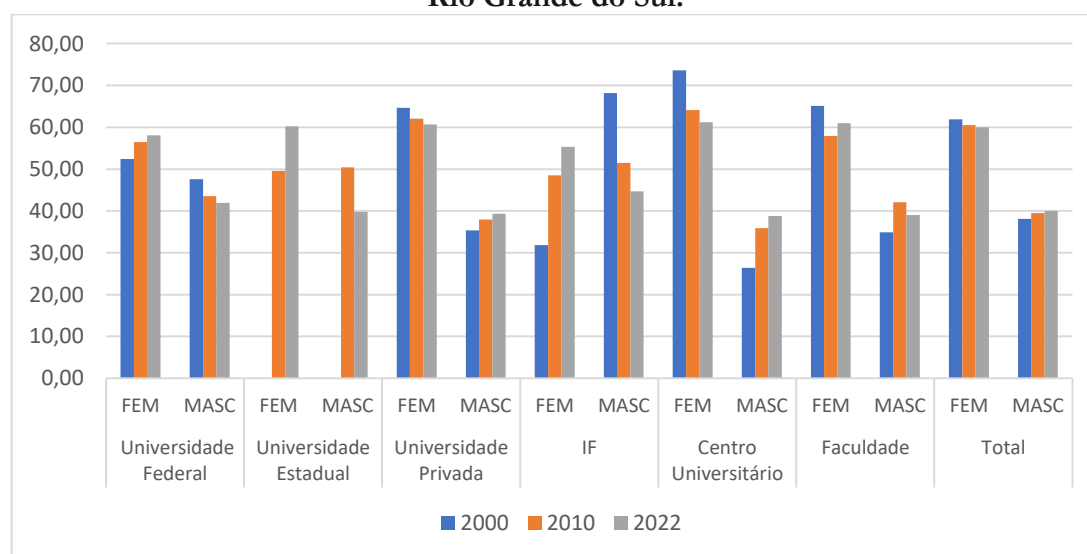
¹³ Segundo dados do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão (SEPLAG) do estado do Rio Grande do Sul, a taxa média de crescimento do PIB estadual foi de apenas 1,72% entre 2002 e 2021. Se for considerado o período que vai de 2014, ano inicial da crise econômica do governo Dilma, até 2021, a taxa média de crescimento econômico foi negativa (-0,1%). Ver DEE, 2024.

de Covid-19. Enquanto em 2019 o número de concluintes foi de 50.848, em 2020, ano de eclosão da crise sanitária, o indicador recuou em 16,5%, para 42.435 concluintes. Na sequência, uma nova queda ocorreu em 2021, com 39.463 concluintes. Em 2022, houve uma leve recuperação no indicador com 43.374 concluintes. A pandemia causou interrupções no calendário acadêmico, desafios no ensino remoto e aumento das restrições econômicas, tanto para as IES quanto para os estudantes. O impacto da crise sanitária, em termos de número de concluintes, poderá ainda ter repercussões durante alguns anos, e a recuperação da tendência anterior de crescimento do indicador pode depender de uma série de fatores, como investimentos em infraestrutura das IES e medidas de recuperação econômica que viabilizem o retorno dos estudantes aos cursos presenciais e a conclusão dos seus cursos.

Por último, o gráfico sinaliza que, para retomar o crescimento sustentável no número de concluintes, pode ser necessário que as IES tenham de investir em políticas de acesso e permanência estudantil. Além disso, a ampliação de programas de estágio e parcerias com o setor privado pode facilitar a transição dos estudantes para o mercado de trabalho, garantindo uma educação alinhada às demandas do mercado. Outra questão importante para o futuro é o foco na oferta de cursos com maior demanda, que podem proporcionar melhores oportunidades de inserção profissional e reduzir a saturação de áreas com excesso de formandos.

O gráfico 13 apresenta o número de concluintes de cursos de graduação presenciais no Rio Grande do Sul por sexo e por tipo de IES para os anos de 2000, 2010 e 2022.

Gráfico 13 - Percentual (%) de Concluintes de Graduação Presencial por Sexo e tipo de IES no Rio Grande do Sul.



Fonte: Inep

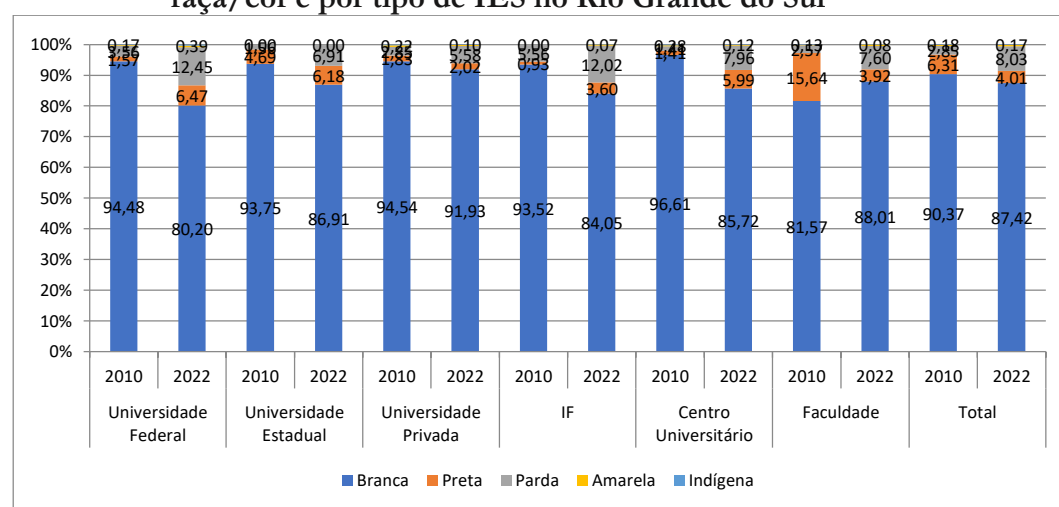
Os percentuais de concluintes do sexo feminino, em comparação com os do sexo masculino, foram de 61,88%, 60,50% e 60,02% nos anos de 2000, 2010 e 2022, respectivamente; e se mantiveram superiores nos diversos tipos de IES gaúchas, com a exceção dos IFs. Mas também neste caso, a tendência foi de redução nos percentuais de homens e de aumento dos percentuais de mulheres. As universidades privadas, em contraste com os demais tipos de IES, tiveram redução nos percentuais de mulheres concluintes entre 2000 e 2022, de 64,67% para 60,70%, respectivamente. Em 2022, o maior percentual de concluintes do sexo feminino foi o dos centros universitários: 61,19%.

Em termos absolutos, no ano 2000, 13.729 mulheres concluíram cursos de graduação presenciais e em 2022 o número aumentou para 26.033, resultando em um crescimento de 89,6%. Por outro lado, o número de concluintes homens aumentou de 8.367 para 17.341 no período (crescimento de 107,3%).

A predominância de mulheres concluintes, em cursos de graduação, comparativamente ao número de homens, sinaliza a possibilidade de, no futuro, ocorrer uma maior ocupação feminina em cargos de liderança e posições de destaque em diferentes áreas profissionais do mercado de trabalho gaúcho.

Os percentuais de concluintes para os cursos de graduação presenciais por raça/cor¹⁴ e por tipo de IES no Rio Grande do Sul para os anos de 2010 e de 2022 estão representados no gráfico 14.

Gráfico 14 - Percentual (%) de concluintes para os cursos de graduação presenciais por raça/cor e por tipo de IES no Rio Grande do Sul



Fonte: Inep

No ano de 2022, as universidades privadas registraram o maior percentual de concluintes que se autodeclararam brancos: 91,93%. As universidades federais registraram o maior percentual de concluintes pardos (12,45%), pretos (6,47%) e indígenas (0,3%). O segundo maior percentual de pretos foi da UERGS (6,18%). Os IFs tiveram o segundo maior percentual de concluintes da cor parda (12,02%). O aumento da diversidade racial, no período analisado, entre os concluintes das IES públicas gaúchas sinaliza, neste contexto, o impacto positivo dos programas de cotas adotados pelo governo federal nos anos recentes (Ristoff, 2014; Lopes *et al.*, 2021).

A tabela 4 mostra uma comparação do perfil racial dos concluintes no ensino de graduação presencial gaúcho, nos anos de 2010 e 2022, com os percentuais do censo racial da população gaúcha naqueles dois anos.

¹⁴ Idem à nota de rodapé anterior.

Tabela 4: Percentuais de concluintes de graduação presencial nas IES por raça/cor e perfil racial no Censo

Raça	Percentual (%) de Concluintes por Raça em 2010	Percentual (%) por Raça no Censo 2010	Diferença	Percentual (%) de Concluintes por Raça em 2022	Percentual (%) por Raça no Censo 2022	Diferença
Branca	90,37	83,23	7,14	87,42	78,42	9,00
Parda	2,85	10,57	-7,72	8,03	14,67	-6,64
Preta	6,31	5,57	0,74	4,01	6,52	-2,51
Indígena	0,18	0,31	-0,13	0,17	0,31	-0,14
Amarela	0,29	0,33	-0,04	0,37	0,07	0,30

Fonte: Inep/IBGE

De acordo com a tabela, houve uma redução no percentual de concluintes da raça branca, mas a sobrerrepresentação desta raça, em termos de ingresso, teve um crescimento de 7,14% para 9,0%, em decorrência do declínio do percentual de matriculados brancos, no período, em relação ao total de matriculados, ter ocorrido em velocidade menor comparativamente à redução do percentual de brancos na população recenseada. Os pardos tiveram diminuição na sub-representação (-7,72% para -6,64%). Os indígenas apresentaram estabilidade nos percentuais. Os amarelos passaram a ter sobrerrepresentação em 2022. De modo inverso, os pretos, que estavam sobrerrepresentados em 2010 (0,74%), passaram a ter sub-representação em 2022 (-2,51%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A taxa de escolarização líquida da graduação no Rio Grande do Sul atingiu um percentual de 26,6% em 2022. Embora ainda esteja aquém da taxa estipulada pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 para o ano de 2024 (33%), de acordo com os critérios de Trow (2005), em termos de acesso, o ensino superior gaúcho está próximo de se consolidar como um sistema massificado. Outro resultado importante é que a participação de novas matrículas no sistema público de ensino superior alcançou, em 2022, 37,13% sobre o total, próxima da meta estabelecida pelo PNE 2014 para o ano de 2024 (40,0%). No ano de 2000, o indicador era de apenas 17,89%, resultando em um crescimento de 107,5% no período. Assim, em pouco mais de duas décadas, a participação de novas matrículas em IES públicas sobre o total, no Rio Grande do Sul, mais do que dobrou.

O avanço rumo a um sistema de ensino superior massificado, conforme conceituado por Trow (2005), é importante para o Rio Grande do Sul. A rápida expansão do ensino a distância (EAD) tem sido um elemento chave nessa transição para um sistema de educação superior massificado. Entretanto, é indispensável que esse crescimento seja acompanhado de políticas que abordem de forma eficaz aspectos como qualidade, infraestrutura, evasão, retenção, inclusão e permanência dos estudantes nos cursos. Isso garantirá que o aumento das taxas de matrículas gere benefícios sociais e econômicos significativos, posicionando o ensino superior como um verdadeiro motor para o desenvolvimento econômico sustentável e equitativo. Caso contrário, o impacto positivo dessa expansão será limitado, resultando em um sistema disfuncional, com cursos bem avaliados restritos a uma minoria e uma educação massificada de baixa qualidade para a maioria, o que poderá intensificar as desigualdades socioeconômicas já existentes.

O ensino superior no Rio Grande do Sul, conforme demonstrado neste trabalho, pela evolução de número de IES, cursos, vagas, inscritos, ingressantes, matrículas e concluintes; cresceu de forma significativa no período entre 2000 e 2022. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pela expansão do número de instituições privadas e do Ensino a Distância (EAD).

Já a plena consolidação da maior representatividade feminina no ensino superior do Rio Grande do Sul é um processo que traz consigo uma série de impactos positivos, perspectivas promissoras e desafios que precisam ser enfrentados de forma conjunta por toda a sociedade. Através de um esforço coletivo, é possível construir um futuro mais justo e menos desigual para todos, onde as mulheres tenham idênticas oportunidades de desenvolvimento e sucesso que os homens.

Por último, no que concerne à composição racial dos cursos de graduação presenciais e EAD, os indicadores sinalizaram um desequilíbrio significativo. Estudantes brancos e, principalmente, os amarelos estão sobrerrepresentados, superando as respectivas proporções que tem na população geral, conforme dados do Censo. Em contrapartida, pretos e pardos, em geral, estão sub-representados, tanto no ingresso quanto na permanência e conclusão dos estudos. Apesar de persistirem desigualdades significativas na representatividade racial no ensino superior do Rio Grande do Sul, essas disparidades diminuíram durante o período analisado. É fundamental entender as origens dessas desigualdades e buscar soluções que assegurem o acesso com equanimidade a oportunidades educacionais de qualidade para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou cor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Danúbia Fernandes; CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O Impacto da Expansão do Fies entre 2010 e 2017 no Cumprimento Estratégico 12.6 do PNE (2014-2024). *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação*, [S. l.], v. 10, p.1-12, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/90497>>. Acesso em: 09/07/2024.

BARBOSA, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 51–60, jan. 2017. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>>. Acesso em 17/09/2024.

BRASIL. *Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. *Lei n º 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, 2001 a..

BRASIL. *Lei n º 10.260 de 12 de julho de 2001*. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, 2001 b.

BRASIL. *Lei n º 11.096, de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). *Expansão das universidades federais: o sonho se torna realidade! Período de 2003 a 2006*. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. *Lei n º 12.688, de 18 de julho de 2012*. Institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Lei de Cotas: Dispõe Sobre o Ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BRASIL. *Rio Grande do Sul receberá cinco novos campi de Institutos Federais*. Ministério da Educação, Brasília, 2024 a. Disponível em <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/rio-grande-do-sul-recebera-cinco-novos-campi-de-institutos-federais>>. Acesso em 09/07/2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Dados sobre número de novos contratos e gastos com o Fies*. Brasília, 2024 b. Disponível em <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies>>. Acesso em 09/07/2024.

CAMPOLINA, Bernardo; DINIZ, Clélio Campolina. *Crise global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil*. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 34, n. 4, p. 638–655, out. 2014. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572014000400008>>. Acesso em 14/09/2024.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; ARAÚJO, Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves. Educação superior no Brasil e a utilização da Educação a Distância como estratégia de expansão e massificação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 189–209, 2018. DOI: 10.21573/vol34n12018.80574. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/80574>>. 25/09/2024>.

DAYANA, Vítor. Crise econômica reduz número de matrículas na rede privada de ensino superior. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 31 de agosto de 2017. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/es/node/1358466>>. Acesso 27/03/2024.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (DEE). *PIB RS Anual (Série Histórica 2002-2021)*. Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em <<https://dee.rs.gov.br/pib-anual>>. Acesso em 27/09/2024.

FIGUEIREDO, Alexandre Medeiros de; LIMA, Kenio Costa de; MASSUDA, Adriano; AZEVEDO, George Dantas de. Políticas de ampliação do acesso ao ensino superior e mudança no perfil de egressos de medicina no Brasil: um estudo transversal. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*, v. 27, n. 09, pp. 3751-3762, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.07092022>> Acesso 01/10/2024.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 6. ed, São Paulo, Atlas, 2008.

GUSSO, Divonzir Arthur; NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M. Evolução da formação de engenheiros e profissionais técnico-científicos no Brasil entre 2000 e 2012. *Texto para Discussão, No. 1982, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, Brasília. Disponível em <<https://www.econstor.eu/handle/10419/121641>>. Acesso em 01/10/2024.

IBGE. *Panorama do Censo 2022* IBGE. Disponível em <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em 16/10/2024.

INEP. *Indicadores de Qualidade da Educação Superior*. [Brasília, DF]: INEP, [2024]. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>>. Acesso em 10/07/2024.

INEP. *Microdados do Censo da Educação Superior 2022*. [Brasília, DF]: INEP, [2022]. Disponível em: <www.gov.br/INEP/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 08/03/2024.

INEP. *Sinopse Estatística da Educação Superior 2022*. [Brasília, DF]: INEP, [2022e]. Disponível em: <<https://www.gov.br/INEP/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 08/03/2024.

LOPES, Ronaldo André; SILVA, Guilherme Henrique Gomes da; FERREIRA, Eric Batista. A Lei de Cotas e o acesso à Universidade Federal de Alfnas por estudantes pertencentes a grupos sub-representados. *Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos*, v. 102, n.260, p.148–176, 2021. <<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102.i260.3961>>. Acesso em 10/07/2024.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação [online]*, v. 20, n. 60, pp. 31-50, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206003>>. Acesso em 20/09/2024.

MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SCHUGURENSKY, Daniel. A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. *Educação em Revista*, v. 32, n. 4, p. 205–225, out. 2016. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/edur/a/WFgZf9XLF5RNnB9mjYdN8Mr/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em 23/09/2024.

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: Breve análise da educação superior. *Educação & Sociedade [online]*, v. 38, n. 141 p. 875-892, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176927>>. Acesso em 18/09/2024.

MARTINS, Carlos Benedito. Reconfiguração do Ensino Superior em Tempos de Globalização. *Educação & Sociedade [online]*. v. 42, p.1-17, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.241544>>. Acesso em 01/10/2024.

OECD. How does the earnings advantage of tertiary-educated workers evolve across generations? *Education Indicators in Focus, No. 62, OECD Publishing, Paris, 2018*. Disponível em <<https://doi.org/10.1787/3093362c-en>>. Acesso em 30/09/2024.

OLIVEIRA, Lívio Luiz Soares de. Evolução da Oferta e da Demanda de Vagas no Ensino Superior do RS: Uma Análise Comparativa. *Researchgate*, 2016. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/376516785_Evolucao_da_Oferta_e_da_Demanda_de_Vagas_no_Ensino_Superior_do_RS_Uma_Analise_Comparativa>. Acesso em 16/10/2024.

OLIVEIRA, Lívio Luiz Soares de. A Interiorização do Ensino Superior no Rio Grande do Sul. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 81-96, 2017. Disponível em <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3340182>. Acesso em 16/10/2024.

OLIVEIRA, Lívio Luiz Soares de. Reformas Recentes no Ensino Superior Brasileiro Como Fatores Determinantes de Sua Expansão no Rio Grande do Sul. *SSRN*, 2018. Disponível em <<https://ssrn.com/abstract=3279003>> or <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3279003>>. Acesso em 16/10/2024.

RIO GRANDE DO SUL. *Lei 14.705, de 25 de junho de 2015*. Institui o Plano Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (PEE). Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2020. Disponível em:

<https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=62157>. Acesso em: 16/10/2024.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior* (Campinas), v.19, n.3, p.723–747, novembro de 2014. <<https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010>>. Acesso em 12/06/2024.

SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: Neoliberalismo e Desenvolvimentismo. Dossiê FHC – 1º Governo. *Tempo Social*, v.11, n.2, p.23-47, outubro de 1999. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200003>>. Acesso em 18/09/2018.

SALLUM JR, Brasílio. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. *Dados*, v. 54, n. 2, p. 259–288, 2011. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000200002>>. Acesso em 15/09/2024.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 291–304, 2018. DOI: 10.20396/rho.v18i2.8652795. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>>. Acesso em 18/09/2024.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas e; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603–631, 2022. DOI: 10.1590/0034-761220220034. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/87932>>. Acesso em: 01/10/2024.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil: Democratização ou massificação mercantil?. *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 133, p. 867–889, out. 2015. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/es/a/mXnfvHV7q5gHBRkDSLrGXr/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em 24/09/2024

TROW, Martin A. *Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII*, Berkeley: University of California, 2005. Disponível em <<https://escholarship.org/uc/item/96p3s213>>. Acesso em 25/09/2024.

YANO, Nina Machado; MONTEIRO, Sérgio. Mudanças Institucionais na Década de 1990 e Seus Efeitos Sobre a Produtividade Total dos Fatores. ANAIS DO XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA [PROCEEDINGS OF THE 36TH BRAZILIAN ECONOMICS MEETING]. Disponível em <<https://econpapers.repec.org/paper/anpen2008/200807211610100.htm>>. Acesso em 13/09/2024.

ZANINI, Guilherme. Ensino Superior privado perdeu entre 45% e 60% dos estudantes. *Extra Classe*. Publicado em 9 de agosto de 2022. Disponível em <<https://www.extraclasse.org.br/educacao/2022/08/ensino-superior-privado-perdeu-entre-45-e-60-dos-estudantes/>>. Acesso em 18/09/2024.

DECLARAÇÃO DE DADOS

Os dados da pesquisa estão disponíveis em sites oficiais como o Inep e IBGE, mas também serão disponibilizados sob demanda se necessário.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.